

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.074.940 - SP (2017/0066586-1)

RELATOR : MINISTRO GURGEL DE FARIA
AGRAVANTE : INDÚSTRIA BIC DE APARELHOS MÉDICOS LTDA
ADVOGADOS : ANDRÉ SALVADOR ÁVILA E OUTRO(S) - SP187183
EDMILSON JANUÁRIO DE OLIVEIRA - SP217602
AGRAVADO : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR : MARCELO DE CARVALHO E OUTRO(S) - SP117364

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto pela INDÚSTRIA BIC DE APARELHOS MÉDICOS LTDA. contra decisão que inadmitiu recurso especial fundado na alínea "a" do permissivo constitucional e que desafia acórdão do Tribunal de Justiça de São Paulo assim ementado:

Embargos à execução fiscal. ICMS declarado pelo contribuinte. Autolancamento. Desnecessidade de procedimento administrativo. Presença dos requisitos de liquidez e certeza do título. Cabimento da multa de 20% cumulada com juros de mora à taxa legal. Regularidade da taxa SELIC. Recurso não provido.

Nas razões do especial, alega violação dos arts. 202 e 203 do CTN, sustentando a ausência de requisitos de validade da CDA objeto da execução, entre os quais, a forma de cálculo dos juros de mora, bem como a origem e a natureza do crédito insertos no título executivo.

Com contrarrazões, o recurso especial foi inadmitido, ante a aplicação da Súmula 7 do STJ; fundamento com o qual não concorda a agravante.

Contraminuta apresentada às e-STJ fls. 137/145.

Passo a decidir.

Inicialmente, cumpre registrar que "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça" (Enunciado Administrativo n. 2 do STJ).

Feita essa consideração, cabe ressaltar que o recurso especial se origina de embargos opostos pela agravante à execução fiscal movida em seu desfavor pela Fazenda do Estado de São Paulo, em que se insurge contra a cobrança do ICMS.

Ante a improcedência do pedido, a sociedade empresária interpôs recurso de apelação, que foi desprovido pelo TJ/SP. Vejamos, no que interessa, o que está consignado no voto condutor do acórdão recorrido (e-STJ fl. 93):

Trata-se de execução, na importância de R\$ 71.810,72, relativa a ICMS de julho, agosto e setembro de 2002, tendo como título executivo Certidão de Dívida Ativa formalmente perfeita, com todos os requisitos legais de certeza, liquidez e exigibilidade. O ICMS foi declarado pela própria

Superior Tribunal de Justiça

embargante. Correta a menção à forma de percentual de juros de mora e multa, nos termos da legislação aplicável (fls. 43/44). Os cálculos têm critérios definidos em lei e são claros, possibilitando ampla verificação. A CDA preenche os requisitos dos art. 2º, § 5º da Lei 6830/80 e do art. 202 do CTN, sem revelar omissões. Nos termos do disposto no art. 3º da lei 6830/80, a dívida ativa regularmente inscrita goza da presunção de certeza e liquidez, que só pode ser ilidida por prova inequívoca, a cargo do executado ou de terceiro, a quem aproveite (CTN, art. 204 e seu parágrafo único e art. 3º da Lei 6.830/80).

Pois bem.

Da leitura do acórdão supra, constata-se que a Corte do origem ratificou a existência dos pressupostos de validade da CDA, razão pela qual manteve incólume a sua presunção de certeza e liquidez.

Desse modo, a verificação acerca do preenchimento dos requisitos de validade da Certidão de Dívida (CDA) pressupõe o reexame de matéria fático-probatória, o que é inviável no âmbito do recurso especial, ante o óbice da Súmula 7 do STJ. Nesse mesmo sentido, vide: AgInt no AREsp 142.563/MG, Rel. Ministro Gurgel de Faria, Primeira Turma, DJe 13/06/2017; AgRg no REsp 1.318.768/PB, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 17/05/2016; AgRg no AREsp 832.015/MG, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 27/05/2016; REsp 925.719/RS, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 24/09/2008; REsp 814.075/MG, Rel. Ministro Luiz Fux, Primeira Turma, DJe 02/04/2008.

Ante o exposto, com base no art. 253, parágrafo único, II, "a", do RISTJ, CONHEÇO do agravo para NÃO CONHECER do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 04 de outubro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator